



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011951-67.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Neusa Maria Caires**
 Requerido: **Banco do Brasil S/A e outro**

Juiz de Direito: Dr. **PAULO LUIS APARECIDO TREVISÓ**

Vistos.

NEUSA MARIA CAYRES representada por seu curador **Marcos Rogério Cayres** promove ação anulatória de negócio jurídico combinada com devolução de valores contra **BANCO DO BRASIL S/A e MAPFRE VIDA S/A**, todos qualificados nos autos, e expõe que em que pese a casa bancária tivesse pleno conhecimento acerca da incapacidade que acomete a autora, houve o oferecimento da contratação de um seguro pelo funcionário do próprio banco, cujo negócio reputa nulo, fazendo jus à restituição de todos os valores que desembolsou, com o reconhecimento da responsabilidade solidária dos réus. Neste sentido, requer a procedência da ação, e instrui a inicial com documentos.

Contestação do Banco do Brasil as fls. 57/66, acompanhada de documentos, pela qual o réu suscita preliminares de ilegitimidade passiva, e de falta de interesse de agir da autora. Quanto ao mérito, aduz que não se apresentam os pressupostos ensejadores da responsabilidade civil no caso concreto, daí não poder ser-lhe imputada a obrigação de indenizar. Requer a extinção ou a improcedência da ação.

Contestação da Mapfre Vida as fls. 72/78, pela qual a seguradora alega que as partes contratantes eram capazes à época da contratação, não havendo impedimento algum para que contraíssem direitos e obrigações, sendo descabida a pretensão de restituição dos valores relativos às prestações do contrato, muito menos em dobro. Requer a improcedência da ação.

Houve réplica, e saneado o feito, com a rejeição das preliminares e a nomeação de perito (fls. 138/139), veio para os autos o laudo de fls. 207/208, seguido de manifestações das partes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É, em síntese, o relatório.

DECIDO.

Pretende a autora a declaração de nulidade do contrato de seguro firmado com a seguradora ré Mapfre, por intermédio de preposto da agência do Banco do Brasil, na qual mantém uma conta bancária utilizada para percepção de seus rendimentos, oriundos de benefício previdenciário, sob a alegação de que é incapaz, fato que era de pleno conhecimento da instituição financeira.

Razão lhe assiste.

Conforme disposto pelo artigo 104 do Código Civil, a validade do negócio jurídico requer: *I. agente capaz; II. objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III. forma prescrita ou não defesa em lei*, sendo incontroversa a incapacidade da autora, diante dos termos do laudo elaborado pelo perito nomeado pelo Juízo, vez que é portadora de esquizofrenia residual, mal que lhe acomete desde a adolescência, fato que culmina na nulidade do contrato de seguro celebrado.

Não se olvida que a sentença de interdição, proferida pelo E. Juízo da 2ª Vara de Família e Sucessões local (fls. 48), possui eficácia “*ex nunc*”, nos termos do artigo 1.773 do Código Civil, ao dispor que: “*A sentença que declara a interdição produz efeitos desde logo, embora sujeita a recurso*”, regra prevista também pelo Código de Processo Civil de 2015 em seu artigo 1.012, § 1º, inciso VI.

Contudo, é admitida excepcionalmente a anulação dos atos praticados por incapaz antes do processo de interdição nos casos em que a incapacidade se revele notória, podendo ser percebida pela parte capaz, sendo esta a hipótese do caso concreto, pois é inequívoco que a casa bancária tinha pleno conhecimento da condição da requerente, eis que a última era sempre assistida por sua procuradora e genitora Adelina, conclusão corroborada seja diante dos documentos de fls. 31/33, seja diante da ausência de prova em sentido contrário a este entendimento, cujo ônus incumbia aos réus, que dele não se desvencilharam, já que não se interessaram pela produção de outras provas além daquelas já existentes nos autos (fls. 225 e 226), sendo irrelevante, então, que o decreto de interdição da requerente tenha ocorrido no ano de 2009, em data posterior à contratação do seguro.

Em caso assemelhado, assim decidiu o E. Tribunal de Justiça: “*Ação anulatória de empréstimo. Empréstimos realizados por pessoa absolutamente incapaz. Banco réu que agiu de forma negligente não verificando a real situação do autor. Contratos anulados. Procedência da ação. Sentença mantida. Recurso improvido*”. (TJ/SP, Apelação nº 1003596-39.2017.8.26.0079, 14ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Thiago de Siqueira, j. 30 de agosto de 2018).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não há dúvidas, portanto, que a contratação em comento é inválida, pois realizada por agente incapaz, daí o vício que contaminou a relação e que leva à nulidade do contrato e à restituição dos valores vertidos pela segurada, sendo os réus solidariamente responsáveis pelo reembolso, o que se faz em homenagem ao princípio que veda o enriquecimento ilícito.

A devolução de tudo aquilo que a autora desembolsou é indiscutível dado o vício que contaminou a contratação, tal qual a restituição dos valores empregados pela requerente, porquanto a anulação do negócio jurídico conduz as partes ao estado em que se encontravam antes da celebração da avença (artigo 182 do Código Civil).

Registro, diante das alegações suscitadas nas respostas, que não há pedido indenizatório algum formulado pela autora, como aduz o banco ao mencionar sobre a ausência dos pressupostos da responsabilidade civil na genérica contestação que ofereceu, tampouco existe pretensão destinada à devolução em dobro das parcelas pagas, contra a qual se opõe a seguradora.

Isto posto, julgo **PROCEDENTE** esta ação e o faço para: a) declarar nulo o contrato de seguro celebrado entre a autora e a corre Mapfre Vida S/A, em face da incapacidade da contratante; b) condenar os réus, solidariamente, na devolução dos valores vertidos pela requerente, com correção monetária desde a data de cada um dos pagamentos das parcelas do seguro, e juros de mora contados da citação.

Condeno os réus, ainda, no pagamento das custas do processo, incluindo os salários do perito, cujo valor de R\$ 331,00 será atualizado pela Tabela Depre, e restituído à Secretaria de Justiça e Cidadania (fls. 175), além dos honorários advocatícios do patrono adverso, ora arbitrados em R\$ 1.500,00 (artigo 85, § 2º, I, II, III e IV, e § 8º do CPC).

P.I.

Araraquara, 18 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**